

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

##### a) Contexto operacional

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de novembro de 2022.

##### b) Principais eventos ocorridos no terceiro trimestre de 2022

Diversos shows da turnê "Justice World Tour" do cantor Justin Bieber, incluindo os que a Companhia promoveria em São Paulo, foram cancelados devido a condições médicas do artista. A Companhia realizou a devolução dos ingressos aos clientes dentro do terceiro trimestre de 2022, e portanto, a totalidade dos seus efeitos já está refletida nestas demonstrações financeiras, com impactos principalmente nas contas de Contas a receber, Adiantamentos de clientes, Fornecedores e Resultado.

##### c) Impactos da covid-19

A Companhia permanece monitorando o cenário e mantém um plano de ajuste que varia conforme a evolução do cenário econômico e oportunidades internas. No terceiro trimestre de 2022 não identificamos impactos relevantes decorrentes da Covid-19 na posição financeira da Companhia.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

##### a) Base de preparação

As informações financeiras trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

a) As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações financeiras intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

c) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

#### b) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

#### c) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

### e) Outros ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

### f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº17.a). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

### g) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial.

### h) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

### i) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº17.c). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### j) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil indefinida, quando uma perda do valor recuperável para ágio é reconhecida, essa perda não poderá ser revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

### k) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida imediatamente no resultado.

### l) Outros passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

### m) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### m.i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### n) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

### o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Em razão do PERSE, a Companhia amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia informa que no período de 60 meses, contados do efeito da lei, ficam reduzidas a zero as alíquotas de IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas das atividades de eventos da Companhia.

### q) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### r) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".
- iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

### s) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

### t) Instrumentos financeiros

#### Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### i) Ativos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

### Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativos de contrato e outros créditos.



## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### ii) Passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### Passivo ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### u) Consolidação

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis do Grupo e suas controladas em 30 de setembro de 2022. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há a presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

### v) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### v.i) Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### v.ii) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

### v.iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

#### b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3.k.). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

#### c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 24). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### d) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

## 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Até 30 de setembro de 2022, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

## 6. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	30/09/22	31/12/21		30/09/22	31/12/21
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro 2021 e a receita líquida dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021:

	30/09/22			31/12/21		30/09/21
Controladas:	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	341	2.338	-	322	2.144	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	3.359	31.954	533	2.825	30.270	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	13.215	1.253	19.107	2.519	440	121
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	128.891	55.169	32.239	96.897	25.473	5.551
T4F USA Inc.	4.707	1	-	4.742	7	-
Ticket Co. SpA	15.784	7.161	1.409	16.712	7.665	309
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	7.219	13.186	-	7.443	13.255	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	2	1.465	-	2	1.580	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	8.283	14.435	8.114	9.975	18.046	1.204
IT.ART Tecnologia Ltda.	25.487	14.320	12.836	19.150	12.956	2.585

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheteria; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), T4F Chile S.A. (0,0005%) e Promaser S.A. (100%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- IT.Art Tecnologia S.A. (“INTI”) - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Caixa e bancos <sup>(iii)</sup>	31.646	42.544	43.105	51.008
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa <sup>(i) (iv)</sup>	52.432	61.241	95.448	77.188
Certificado de Depósito Bancário - CDB <sup>(ii)</sup>	44.296	39.041	54.078	40.405
Operação compromissada - DI <sup>(ii)</sup>	13.627	6.218	13.677	9.620
Depósito a prazo <sup>(v)</sup>	16.536	39.189	16.536	39.189
<b>Total</b>	<b>158.537</b>	<b>188.233</b>	<b>222.844</b>	<b>217.410</b>

(i) Na controladora, este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público e Privados.

(ii) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados em ambos os períodos por taxas médias de 95% a 105,5% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

(iii) Refere-se substancialmente a saldo em Dólar americano na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

(iv) Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor. Nas controladas da Argentina, aplicações realizadas através de um agente de investimento em carteiras

(v) Aplicação em moeda estrangeira de liquidez imediata com rendimento a taxa média ponderada de 0,55% ao ano.

### 8. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 23). Em 30 de setembro de 2022 o valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$ 4.215 (R\$6.565 em 31 de dezembro de 2021).

### 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Clientes faturados	5.709	6.312	13.356	14.343
Bilheteria	59.396	12.546	89.618	28.869
Patrocínios a faturar	203	10.314	542	12.640
<b>Total das contas a receber</b>	<b>65.308</b>	<b>29.172</b>	<b>103.516</b>	<b>55.852</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(572)	(4.814)	(6.933)
<b>Total</b>	<b>65.308</b>	<b>28.600</b>	<b>98.702</b>	<b>48.919</b>



## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
A vencer:	64.151	28.052	88.332	42.677
Vencidas:				
Até 30 dias	1.100	548	10.282	6.138
De 31 a 60 dias	-	-	2	30
De 61 a 90 dias	57	-	86	74
De 91 a 180 dias	-	-	25	25
Há mais de 180 dias	-	572	4.789	6.908
<b>Total das contas a receber</b>	<b>65.308</b>	<b>29.172</b>	<b>103.516</b>	<b>55.852</b>

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Saldos inicial	572	705	6.933	7.609
(+) Adições	-	2	-	351
(-) Reversões e baixas	(572)	(135)	(2.119)	(1.027)
<b>Saldos final</b>	<b>-</b>	<b>572</b>	<b>4.814</b>	<b>6.933</b>

## 10. ESTOQUES

### 10.1. Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Merchandise	230	-	528	166
Ingressos	22	115	381	443
Material de consumo	-	-	10	18
Alimentos	116	-	704	13
Bebidas	217	-	1.926	87
<b>Total das contas a receber</b>	<b>585</b>	<b>115</b>	<b>3.549</b>	<b>727</b>

### 10.2. Movimentação dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Saldos inicial	115	116	805	866
Adições	592	-	7.760	-
Baixas	(122)	-	(5.016)	44
<b>Saldos final no semestre</b>	<b>585</b>	<b>116</b>	<b>3.549</b>	<b>910</b>

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
IRPJ/CSLL - antecipações	41	-	398	31
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.257	8.921	11.713	10.350
Programa de Integração Social - PIS	850	477	968	550
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.798	2.038	4.326	2.363
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	3.885	4.690
Imposto sobre faturamento	-	-	384	411
Impostos federais a recuperar <sup>(i)</sup>	18.775	11.996	19.921	12.570
<b>Total</b>	<b>33.721</b>	<b>23.432</b>	<b>41.595</b>	<b>30.965</b>
<b>(i) Refere-se substancialmente a impostos sobre pagamento de cachês.</b>				
Circulante	21.798	16.240	29.672	23.773
Não Circulante	11.923	7.192	11.923	7.192

### 12. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Eventos, shows e espetáculos contratados <sup>(i)</sup>	1.510	672	3.625	2.988
Outros	2	978	111	1.030
<b>Total</b>	<b>1.512</b>	<b>1.650</b>	<b>3.736</b>	<b>4.018</b>

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

### 13. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Eventos, shows e espetáculos contratados	22.499	26.768	23.717	27.099
Outros	4.035	1.124	4.553	2.062
<b>Total</b>	<b>26.534</b>	<b>27.892</b>	<b>28.270</b>	<b>29.161</b>
Circulante	26.534	23.134	28.270	24.403
Não Circulante	-	4.758	-	4.758

### 14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/09/22	31/12/21
Bilheteria a receber de terceiros <sup>(i)</sup>	8.723	2.927
Reembolso de Contingências <sup>(ii)</sup>	-	376
Outros <sup>(iii)</sup>	402	1.733
	<b>9.125</b>	<b>5.036</b>

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- (i) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.
- (ii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 24) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.
- (iii) Refere-se substancialmente a garantias bancárias a receber na Ticket Co.

### 15. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

#### 15.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:	Categoria	30/09/22			31/12/21		
		Ativo não circulante	Passivo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V. <sup>(i)</sup>	Acionista	8.729	-	1.020	7.709	-	531
Metropolitan Empreendimentos S.A. <sup>(v)</sup>	Controlada	28.992	-	92	27.280	-	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	1	-	117	-	-	-
T4F Chile S.A. <sup>(iii)</sup>	Controlada indireta	-	35.857	246	-	36.102	(1.839)
Promaser S.A.	Controlada indireta	331	-	-	331	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. <sup>(vi)</sup>	Controlada	4.935	-	19	4.917	-	-
T4F Inversiones S.A.	Controlada	-	1.335	43	-	1.378	280
T4F USA Inc. <sup>(iii)</sup>	Controlada	-	4.541	24	-	4.636	(60)
T4F Entretenimientos Peru S.A.C. <sup>(iv)</sup>	Controlada	7.711	-	92	7.633	-	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	Controlada	918	-	(467)	-	1.067	-
<b>Total</b>		<b>51.617</b>	<b>41.733</b>	<b>1.186</b>	<b>47.870</b>	<b>43.183</b>	<b>(1.347)</b>

Consolidado:	Categoria	30/09/22		31/12/21	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V. <sup>(i)</sup>	Acionista	8.995	1.020	8.078	531
Outras partes relacionadas		172	-	172	-
<b>Total</b>		<b>9.167</b>	<b>1.020</b>	<b>8.250</b>	<b>531</b>

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 8.000 mil. Após amortizações em maio de 2012 e outubro de 2012, o valor do montante passou a ser US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700 mil. Após amortização em agosto de 2017, o valor do montante passou a ser US\$660 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Peru S.A.C assinado em junho de 2016 no montante de US\$ 2.200 mil atualizado anualmente por juros de 7,6%. Após amortização em outubro de 2016, o montante passou a ser de US\$ 639 mil. Em abril de 2017, a Companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 mil atualizado anualmente a taxa de LIBOR e por juros de 3%. Após amortização em julho do mesmo ano o montante passou a ser de US\$ 550 mil.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A. em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500 mil atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4%. Após amortização em abril de 2019 e em agosto de 2020, o valor do montante passou a ser de US\$ 792 mil.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

### 15.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
<b>Remuneração</b>				
Conselho de Administração	486	486	486	486
Diretores estatutários	2.443	4.034	2.706	4.678
<b>Total</b>	<b>2.929</b>	<b>4.520</b>	<b>3.192</b>	<b>5.164</b>

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## 16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

### a) Informações das controladas

#### a.1) 30 de setembro de 2022

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.997)	(175)	99,99	(175)	(1.997)	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(28.595)	(1.150)	99,99	(1.150)	(28.595)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(6.152)	2.968	98,29	2.968	(6.152)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	11.962	9.883	99,99	9.882	-	11.962
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	73.722	(2.117)	100,00	(2.117)	-	73.722
T4F USA Inc.	4.705	113	100,00	113	-	4.705
Ticket Co. SpA.	8.623	934	100,00	934	-	8.623
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(5.968)	(310)	60,00	(186)	(3.578)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.463)	(125)	100,00	(125)	(1.463)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	11.167	4.973	60,00	2.984	-	6.702
<b>Total</b>				<b>13.128</b>	<b>(41.785)</b>	<b>105.714</b>

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

# INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

## a.2) 31 de dezembro de 2021

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.822)	58	99,99	58	(1.822)	-
PLF Eventos S.A.	-	21	97,65	21	-	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(27.445)	(481)	99,99	(481)	(27.445)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(8.071)	1.207	98,29	1.207	(8.071)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.079	33	99,99	33	-	2.079
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	71.425	(3.784)	100,00	(3.784)	-	71.425
T4F USA Inc.	4.735	63	100,00	63	-	4.735
Ticket Co. SpA.	9.048	211	100,00	211	-	9.048
T4F Entretenimientos Peru S.A.C	(5.811)	(1.196)	60,00	(718)	(3.485)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.579)	(226)	100,00	(226)	(1.579)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	6.194	54	60,00	32	-	3.717
<b>Total</b>				<b>(3.584)</b>	<b>(42.402)</b>	<b>91.004</b>

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de setembro de 2022 e de 2021.

	Controladora 30/09/22	Controladora 30/09/21
<b>Saldo inicial do investimento líquido</b>	<b>48.602</b>	<b>45.465</b>
Equivalência patrimonial	13.128	(5.357)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	2.199	5.829
<b>Saldo final do investimento líquido</b>	<b>63.929</b>	<b>45.159</b>
Provisão para perdas em investimentos em controladas	41.785	42.943
<b>Saldo final do investimento</b>	<b>105.714</b>	<b>88.102</b>

## b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Metropolitan Empreendimentos S.A.	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável	(26.017)	(26.017)	(26.017)	(26.017)
Empresas adquiridas na Argentina	-	-	21.231	23.311
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
<b>Total</b>	<b>80.933</b>	<b>80.933</b>	<b>102.164</b>	<b>104.244</b>

# INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

## 17. IMOBILIZADO, OUTROS INTANGÍVEIS E BENS DE DIREITO DE USO

### a) Imobilizado

#### i) Composição do imobilizado

		Controladora		Consolidado	
		30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
<b>Custo reavaliado:</b>					
Terrenos		-	-	2.317	2.050
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		23.945	23.945	52.880	51.173
Móveis e utensílios		2.634	2.638	3.991	4.246
Máquinas e equipamentos		6.397	6.510	7.222	7.522
Equipamentos de processamento de dados		3.255	5.311	7.755	10.427
Estruturas		9.558	9.558	9.565	9.565
Veículos		746	746	746	746
Imobilizado em andamento		-	43	-	43
<b>Total</b>		<b>46.535</b>	<b>48.751</b>	<b>84.476</b>	<b>85.772</b>

  

		Controladora		Consolidado	
		30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
<b>Depreciação acumulada:</b>					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	17	(23.662)	(23.581)	(51.342)	(48.982)
Móveis e utensílios	10	(2.219)	(2.149)	(3.547)	(3.694)
Máquinas e equipamentos	9	(5.291)	(5.209)	(5.979)	(5.984)
Equipamentos de processamento de dados	19	(2.998)	(4.961)	(7.238)	(9.789)
Estruturas	23	(9.493)	(9.394)	(9.499)	(9.401)
Veículos	20	(746)	(724)	(746)	(724)
<b>Total</b>		<b>(44.409)</b>	<b>(46.018)</b>	<b>(78.351)</b>	<b>(78.574)</b>

  

		Controladora		Consolidado	
		30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
<b>Imobilizado líquido:</b>					
Terrenos		-	-	2.317	2.050
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		283	364	1.538	2.191
Móveis e utensílios		415	489	444	552
Máquinas e equipamentos		1.106	1.301	1.243	1.538
Equipamentos de processamento de dados		257	350	517	638
Estruturas		65	164	66	164
Veículos		-	22	-	22
Imobilizado em andamento		-	43	-	43
<b>Total</b>		<b>2.126</b>	<b>2.733</b>	<b>6.125</b>	<b>7.198</b>

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$ 31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

# INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

## ii) Movimentação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.733</b>	<b>5.023</b>	<b>7.198</b>	<b>9.630</b>
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	-	258	5	273
Móveis e utensílios	8	86	12	86
Máquinas e equipamentos	16	43	37	125
Equipamentos de processamento de dados	23	10	160	10
Imobilizado em andamento	-	43	-	43
<b>Total de adições</b>	<b>47</b>	<b>440</b>	<b>214</b>	<b>537</b>
Reclassificação	(43)	-	(43)	-
Inclusão pela incorporação de controlada	-	4	-	-
Baixas líquidas	(14)	(1.549)	(214)	(1.550)
Depreciação	(597)	(1.185)	(737)	(1.636)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	(293)	217
<b>Total</b>	<b>(654)</b>	<b>(2.730)</b>	<b>(1.287)</b>	<b>(2.969)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>2.126</b>	<b>2.733</b>	<b>6.125</b>	<b>7.198</b>

## b) Imobilizado reavaliado

### i) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora e consolidado:	30/09/22		31/12/21	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
Móveis e utensílios	252	(242)	10	16
Máquinas e equipamentos	761	(527)	234	254
Equipamentos de processamento de dados	85	(56)	29	32
Equipamentos Aurolights - incorporação	67	(67)	-	-
	<b>9.204</b>	<b>(8.931)</b>	<b>273</b>	<b>302</b>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(91)	(102)
<b>Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido</b>			<b>182</b>	<b>200</b>

## c) Outros intangíveis

### i) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
<b>Custo</b>					
Marcas, Direitos e patentes		1.640	1.640	3.918	4.792
Software		9.069	8.393	13.404	11.068
Outros Intangíveis		5.101	5.101	5.151	5.101
Intangível em andamento		1.267	810	1.267	810
<b>Amortização</b>					
Marcas, Direitos e patentes		-	-	(2.278)	(2.139)
Software	20	(7.219)	(6.947)	(10.048)	(9.457)
Outros Intangíveis	11	(4.912)	(4.887)	(4.912)	(4.886)
<b>Total</b>		<b>4.946</b>	<b>4.110</b>	<b>6.502</b>	<b>5.289</b>

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### ii) Movimentação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Saldo inicial	4.110	2.359	5.289	3.715
Adições:				
Software	703	1.198	1.344	1.485
Intangível em andamento	457	810	457	810
<b>Total de adições</b>	<b>1.160</b>	<b>2.008</b>	<b>1.801</b>	<b>2.295</b>
Amortização <sup>(i)</sup>	(324)	(257)	(597)	(566)
Baixas líquidas e efeitos de variação cambial e monetária	-	-	9	(155)
	<b>(324)</b>	<b>(257)</b>	<b>(588)</b>	<b>(721)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>4.946</b>	<b>4.110</b>	<b>6.502</b>	<b>5.289</b>

(i) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 27.b).

### d) Bens de direito de uso

#### i) Composição dos bens de direito de uso

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Custo		13.980	12.436	14.388	12.648
Amortização	21	(7.188)	(4.822)	(7.425)	(4.999)
<b>Total <sup>(i)</sup></b>		<b>6.792</b>	<b>7.614</b>	<b>6.963</b>	<b>7.649</b>

(i) Representa substancialmente os contratos de locação de imóveis.

#### ii) Movimentação dos bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Saldo inicial	7.614	17.069	7.649	17.175
Adições	316	3.264	512	3.264
Remensuração <sup>(i)</sup>	1.228	1.364	1.228	1.364
Amortização	(2.366)	(3.941)	(2.426)	(4.012)
Baixas líquidas <sup>(ii)</sup>	-	(10.142)	-	(10.142)
<b>Saldo final</b>	<b>6.792</b>	<b>7.614</b>	<b>6.963</b>	<b>7.649</b>

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis (nota explicativa nº3.v.iii).

(ii) Refere-se a descontinuidade da locação fixa da casa de espetáculo de São Paulo ocorrida em 2021.

## 18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Fornecedores nacionais	59.317	7.780	121.725	40.570
Fornecedores estrangeiros	50.487	2	50.786	551
<b>Total</b>	<b>109.804</b>	<b>7.782</b>	<b>172.511</b>	<b>41.121</b>



## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Debêntures (a)	CDI + 3,36%	106.694	122.106	106.694	122.106
Parcela do passivo circulante		46.694	42.106	46.694	42.106
Parcela do passivo não circulante		60.000	80.000	60.000	80.000

Os vencimentos das parcelas do passivo não circulante têm a seguinte distribuição, R\$ 20.000 em 2023 e R\$ 40.000 em 2024.

A seguir, a movimentação do montante envolvido:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Saldo inicial	122.106	120.967	122.106	120.967
Pagamentos de principal	(20.000)	-	(20.000)	-
Pagamentos Juros	(7.747)	(8.127)	(7.747)	(8.127)
Apropriação Juros	12.335	9.266	12.335	9.266
Saldo final	106.694	122.106	106.694	122.106

#### a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$ 120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 17 de dezembro de 2020, foi realizada assembleia geral de debenturistas de sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), na qual foi aprovada, por unanimidade, a alteração dos seguintes termos e condições das Debêntures:

Condição alterada	Original	Nova
Amortização periódica do valor e nominal unitário	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2020.	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2022.
Remuneração	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,6225% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 3,36% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As debêntures, são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio.

### 20. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Passivo de arrendamento	CDI + 1,8800%	2026	10.238	11.155	10.422	11.199
Parcela do passivo circulante			5.934	5.367	6.038	5.411
Parcela do passivo não circulante			4.304	5.788	4.384	5.788

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Saldo inicial em 1º de janeiro	11.155	23.364	11.199	23.492
Juros do período	505	722	512	729
Adição por novos contratos	316	3.264	512	3.264
Contraprestação paga	(2.966)	(2.352)	(3.029)	(2.442)
Ajuste por remensuração <sup>(i)</sup>	1.228	1.364	1.228	1.364
Cancelamento de contrato <sup>(ii)</sup>	-	(15.207)	-	(15.208)
Saldo final do período	10.238	11.155	10.422	11.199

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis (nota explicativa nº 3.v.iii).

(ii) Refere-se a descontinuidade da locação fixa da casa de espetáculo de São Paulo ocorrida em 2021.

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 30 de setembro de 2022:

Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2022	977	1.015
2023	6.388	6.502
2024	2.243	2.300
2025	1.009	1.009
2026	416	416
Valores não descontados	11.033	11.242
Juros embutidos	(795)	(820)
Saldo do passivo de arrendamento em 30 de setembro de 2022	10.238	10.422

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Contraprestação do arrendamento	11.033	10.238
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.021	947

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
COFINS a recolher	17	316	71	371
PIS a recolher	(14)	69	(4)	81
Imposto Sobre Serviços - ISS	881	379	656	417
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	2.797	1.378
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) <sup>(i)</sup>	2.015	1.857	2.015	1.857
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse <sup>(ii)</sup>	305	236	333	236
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	-	-	-	28
Imposto sobre faturamento	-	-	3	1
IVA - imposto de valor agregado	-	-	738	103
ICMS a recolher - faturamento	-	-	105	27
INSS de terceiros a recolher	34	29	38	29
Outros	111	19	895	102
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	46	274
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.349</b>	<b>2.905</b>	<b>7.693</b>	<b>4.904</b>
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) <sup>(i)</sup>	16.281	16.304	16.281	16.304
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse <sup>(ii)</sup>	5.692	5.465	5.826	5.465
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	-	-	-	136
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	977	923
<b>Passivo não circulante</b>	<b>21.973</b>	<b>21.769</b>	<b>23.084</b>	<b>22.828</b>

(i) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em dezembro 2021 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 17 de dezembro de 2021 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de setembro de 2022, os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$ 18.296 (R\$ 18.161 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19. A adesão à negociação foi concretizada em 03 de agosto de 2021, para pagamento do débito de R\$ 4,2 milhões em 145 meses, sendo que o valor das parcelas será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC apurada mensalmente. Em 30 de setembro de 2022, os referidos débitos tributários inscritos no Perse totalizam R\$ 5.997 (R\$ 5.701 em 31 de dezembro de 2021).

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Contratos de "naming rights"	-	4.317	-	4.317
Patrocínios (a.1)	14.223	17.820	15.912	21.723
Eventos privados (a.2)	243	1.498	320	1.498
Vendas antecipadas de ingressos (b)	73.349	140.669	72.799	140.669
<b>Total</b>	<b>87.815</b>	<b>164.304</b>	<b>89.031</b>	<b>168.207</b>

(a) Contratos: patrocínios e eventos privados.

(a.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

(a.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos e eventos externos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(b) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

### 23. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica "Caixa restrito" (nota explicativa nº 8).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora	Nº Pronac	Valor aprovado	30/09/22
A Família Addams, o Musical	21 0459	19.333	-
<b>Total</b>		<b>19.333</b>	<b>-</b>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora	31/12/21	Adições	Baixas	30/09/22
A Família Addams, o Musical	6.476	1.077	(7.554)	-
<b>Total</b>	<b>6.476</b>	<b>1.077</b>	<b>(7.554)</b>	<b>-</b>

## 24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Trabalhistas	6.895	5.401	10.384	8.501
Cíveis	22.162	3.955	25.509	6.368
Tributários	406	-	10.358	10.796
<b>Total</b>	<b>29.463</b>	<b>9.356</b>	<b>46.251</b>	<b>25.665</b>

Em 2013 os Serviços de Impostos Internos do Chile (SII) autuaram a T4F Chile para a cobrança de impostos, na ordem de aproximadamente R\$ 40.000, por eventos ocorridos nos anos de 2010 a 2012, referentes: (i) à base de impostos recolhidos sobre os cachês de artistas; (ii) a remessas enviadas ao exterior em razão de diversos eventos realizados nos anos de 2010 a 2012; (iii) à data de envio da declaração e pagamento dos impostos retidos sobre as remessas realizadas em decorrência dos eventos realizados; e (iv) ao imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos.

Ainda em 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, visando anular as supostas infrações autuadas. Em 2019, foi prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação movida pela Companhia, estando pendente o início da execução pelos Serviços de Impostos Internos do Chile (SII). Após o julgamento parcialmente favorável à Companhia, os valores envolvidos ainda em litígio foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 10.585 (R\$ 11.241 em 31 de dezembro de 2021), e com probabilidade de perda remota no importe de R\$ 7.802, para 30 de setembro de 2022 (R\$ 8.098 em 31 de dezembro de 2021).

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 24.1) Processos tributários com probabilidade de perda possível

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 165.395 (R\$ 150.079 em 31 de dezembro de 2021).

Entre os processos tributários com probabilidade de perda possível que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de setembro de 2022, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$ 42.088 (R\$ 38.234 em 31 de dezembro de 2021).

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2022, o valor estimado do processo é R\$ 13.894 (R\$ 13.405 em 31 de dezembro de 2021).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2022, o valor envolvido era de R\$ 6.024 (R\$ 5.799 em 31 de dezembro de 2021).

d) A Companhia foi autuada, em 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração e espera julgamento definitivo na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2022, o valor atualizado do processo é de R\$ 9.513 (R\$ 9.116 em 31 de dezembro de 2021).

e) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela Companhia e pela SRF. A opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 30 de setembro de 2022, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 3.056 (R\$ 2.926 em 31 de dezembro de 2021).

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

f) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47 em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33 em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A Companhia afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito e remota para a parcela da multa isolada relativa aos erros de cálculo nas antecipações: (i) não utilização de prejuízos fiscais no cálculo das antecipações de IRPJ e CSLL; e (ii) desconsideração das parcelas devidas nos meses anteriores no cálculo das antecipações de CSLL. Em 30 de setembro de 2022, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 66.924 (R\$ 63.122 em 31 de dezembro de 2021).

### 24.2) Processos trabalhistas com probabilidade de perda possível

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 9.807 (R\$ 11.692 em 31 de dezembro de 2021).

### 24.3) Processos cíveis com probabilidade de perda possível e outras

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 80.869 (R\$ 70.293 em 31 de dezembro de 2021).

Entre os processos cíveis com probabilidade de perda possível que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvinada em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de setembro de 2022 é de aproximadamente R\$ 4.734 (R\$ 4.219 em 31 de dezembro de 2021) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas pela Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.



## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de “Quidam”, nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.717 (R\$ 1.551 em 31 de dezembro de 2021), em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne à Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de setembro de 2022, o valor em discussão é de R\$ 2.695 (R\$ 2.424 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. O valor somente será possível de ser apurado com (i) a decisão definitiva da ação e, sendo a decisão desfavorável para a Companhia, (ii) com eventual manifestação dos consumidores.

e) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de 74 grandes eventos realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pela Companhia. O valor estimado em 30 de setembro de 2022 é de aproximadamente R\$ 22.837 (R\$ 20.017 em 31 de dezembro de 2021) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.

f) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de 913 eventos, de menor impacto, realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pela Companhia. O valor estimado em 30 de setembro de 2022 é de aproximadamente R\$ 9.917 (R\$ 8.488 em 31 de dezembro de 2021) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de setembro de 2022, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 7.108 e R\$ 9.382 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 6.907 e R\$ 9.305 em 31 de dezembro de 2021).

### 24.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/21	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/22
Trabalhistas	5.401	1.376	(400)	518	6.895
Cíveis	3.955	10.114	(496)	8.589	22.162
Tributário	-	392	-	14	406
<b>Total</b>	<b>9.356</b>	<b>11.882</b>	<b>(896)</b>	<b>9.121</b>	<b>29.463</b>



## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Controladora	31/12/20	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/21
Trabalhistas	3.974	1.162	(224)	174	5.086
Cíveis	4.592	2.875	(3.701)	187	3.953
<b>Total</b>	<b>8.566</b>	<b>4.037</b>	<b>(3.925)</b>	<b>361</b>	<b>9.039</b>

Consolidado	31/12/21	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/09/22
Trabalhistas	8.501	1.809	(635)	874	(165)	10.384
Cíveis	6.368	10.876	(496)	8.779	(18)	25.509
Tributário	10.796	2.942	-	30	(3.410)	10.358
<b>Total</b>	<b>25.665</b>	<b>15.627</b>	<b>(1.131)</b>	<b>9.683</b>	<b>(3.593)</b>	<b>46.251</b>

Consolidado	31/12/20	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/21
Trabalhistas	8.787	3.294	(5.192)	1.073	(29)	7.933
Cíveis	6.979	3.053	(3.923)	243	(35)	6.317
Tributário	12.020	3.285	(3.285)	2	(940)	11.082
<b>Total</b>	<b>27.786</b>	<b>9.632</b>	<b>(12.400)</b>	<b>1.318</b>	<b>(1.004)</b>	<b>25.332</b>

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 88.036 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80. Em razão do cancelamento ora deliberado o capital social da Companhia passou a ser dividido em 67.412.629 ações ordinárias. Em dezembro de 2021 e de 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 representado por 67.412.629 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros/prejuízos acumulados foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compensação de prejuízos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

# INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

## 26. RECEITA LÍQUIDA

### Receita bruta:

Serviços

Produtos

Deduções e impostos incidentes

**Receita líquida**

Controladora			
01/07/22	01/01/22	01/07/21	01/01/21
a 30/09/22	a 30/09/22	a 30/09/21	a 30/09/21
37.158	228.422	687	756
-	117	-	-
(8.913)	(19.301)	(89)	(97)
<b>28.245</b>	<b>209.238</b>	<b>598</b>	<b>659</b>

### Receita bruta:

Serviços

Produtos

Deduções e impostos incidentes

**Receita líquida**

Consolidado			
01/07/22	01/01/22	01/07/21	01/01/21
a 30/09/22	a 30/09/22	a 30/09/21	a 30/09/21
60.996	284.629	5.862	10.377
2.672	37.826	152	152
(10.296)	(40.799)	(428)	(686)
<b>53.372</b>	<b>281.656</b>	<b>5.586</b>	<b>9.843</b>

## 27. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

### a) Despesas por natureza:

Despesas com pessoal (nota explicativa nº 28)

Serviços de terceiros

Utilidades e facilidades

Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Outras despesas

**Total**

Controladora			
01/07/22	01/01/22	01/07/21	01/01/21
a 30/09/22	a 30/09/22	a 30/09/21	a 30/09/21
(3.351)	(12.828)	(3.438)	(10.822)
(3.024)	(8.224)	(3.744)	(8.774)
(432)	(482)	(189)	(319)
572	572	110	135
(714)	(2.275)	(6.934)	(8.163)
<b>(6.949)</b>	<b>(23.237)</b>	<b>(14.195)</b>	<b>(27.943)</b>

Vendas

Gerais e administrativas

Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 15.2)

**Total das despesas por natureza**

155	(125)	1	(274)
(6.128)	(20.183)	(12.410)	(23.149)
(976)	(2.929)	(1.786)	(4.520)
<b>(6.949)</b>	<b>(23.237)</b>	<b>(14.195)</b>	<b>(27.943)</b>

Despesas com pessoal (nota explicativa nº 28)

Serviços de terceiros

Utilidades e facilidades

Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Outras despesas

**Total**

Consolidado			
01/07/22	01/01/22	01/07/21	01/01/21
a 30/09/22	a 30/09/22	a 30/09/21	a 30/09/21
(4.405)	(15.976)	(4.599)	(15.182)
(3.973)	(11.793)	(3.651)	(9.570)
(712)	(1.335)	(384)	(1.017)
586	586	110	135
(1.074)	(3.626)	(7.458)	(8.906)
<b>(9.578)</b>	<b>(32.144)</b>	<b>(15.982)</b>	<b>(34.540)</b>

Vendas

Gerais e administrativas

Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 15.2)

**Total das despesas por natureza**

(8)	(579)	(137)	(617)
(8.488)	(28.373)	(13.832)	(28.759)
(1.082)	(3.192)	(2.013)	(5.164)
<b>(9.578)</b>	<b>(32.144)</b>	<b>(15.982)</b>	<b>(34.540)</b>

# INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

## b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(7.679)	(94.452)	-	12
Transportes e locações <sup>(i)</sup>	(3.572)	(23.263)	(44)	(192)
Serviços de terceiros <sup>(i)</sup>	(1.207)	(14.191)	(373)	(1.069)
Viagens e locomoção	(422)	(3.016)	(25)	(25)
Utilidades e facilidades	(288)	(3.945)	(241)	(1.305)
Mídia e publicidade	(1.546)	(5.166)	6	(38)
Depreciação e amortização	(1.110)	(3.287)	(990)	(4.386)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 28)	(731)	(1.613)	(236)	(1.702)
Custos de produção	(1.971)	(18.808)	(235)	(674)
Recuperação de custo	-	-	-	5.065
<b>Total</b>	<b>(18.526)</b>	<b>(167.741)</b>	<b>(2.138)</b>	<b>(4.314)</b>

	Consolidado			
	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(8.120)	(95.153)	(110)	(207)
Transportes e locações	(3.834)	(24.950)	(45)	(193)
Serviços de terceiros	(2.740)	(22.650)	(1.295)	(2.919)
Viagens e locomoção	(502)	(3.205)	(48)	(58)
Utilidades e facilidades	(306)	(4.021)	(303)	(1.400)
Mídia e publicidade	(1.603)	(5.437)	(9)	(54)
Depreciação e amortização	(1.592)	(4.575)	(1.552)	(5.832)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 28)	(1.532)	(3.733)	(547)	(2.486)
Custos de produção	(11.264)	(44.288)	(1.766)	(4.630)
Recuperação de custo	-	-	-	5.065
<b>Total</b>	<b>(31.493)</b>	<b>(208.012)</b>	<b>(5.675)</b>	<b>(12.714)</b>

## 28. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
Salários e bonificações	(2.154)	(6.312)	(2.054)	(7.258)
Despesa de férias	(141)	(480)	(111)	(518)
Despesa de 13º salário	(121)	(357)	(94)	(361)
Encargos sociais	(697)	(2.057)	(687)	(2.192)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(233)	(3.538)	(471)	(488)
Outros benefícios a empregados	(736)	(1.697)	(257)	(1.707)
<b>Total de despesas com benefícios a empregados</b>	<b>(4.082)</b>	<b>(14.441)</b>	<b>(3.674)</b>	<b>(12.524)</b>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(731)	(1.613)	(236)	(1.702)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(3.351)	(12.828)	(3.438)	(10.822)
<b>Total</b>	<b>(4.082)</b>	<b>(14.441)</b>	<b>(3.674)</b>	<b>(12.524)</b>

# INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Salários e bonificações
Despesa de férias
Despesa de 13º salário
Encargos sociais
Constituição de participação nos resultados - bônus
Outros benefícios a empregados
<b>Total de despesas com benefícios a empregados</b>

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(3.314)	(10.056)	(3.160)	(10.580)
(162)	(510)	(114)	(521)
(192)	(604)	(153)	(504)
(997)	(2.863)	(876)	(2.781)
(240)	(3.559)	(478)	(516)
(1.032)	(2.117)	(365)	(2.766)
<b>(5.937)</b>	<b>(19.709)</b>	<b>(5.146)</b>	<b>(17.668)</b>
(1.532)	(3.733)	(547)	(2.486)
(4.405)	(15.976)	(4.599)	(15.182)
<b>(5.937)</b>	<b>(19.709)</b>	<b>(5.146)</b>	<b>(17.668)</b>

Benefícios classificados como custo dos serviços prestados
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas
<b>Total</b>

## 29. RESULTADO FINANCEIRO

<b>Despesas financeiras:</b>
Juros passivos
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF
Juros com debêntures
Outras
<b>Total</b>

Controladora			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(811)	(2.115)	(85)	(97)
(28)	(144)	(1)	(2)
(4.295)	(12.335)	(2.534)	(6.027)
(729)	(3.245)	(1.285)	(4.879)
<b>(5.863)</b>	<b>(17.839)</b>	<b>(3.905)</b>	<b>(11.005)</b>

<b>Despesas financeiras:</b>
Juros passivos
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF
Juros com debêntures
Outras
<b>Total</b>

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(1.075)	(2.745)	(251)	(471)
(811)	(1.582)	(157)	(359)
(4.295)	(12.335)	(2.534)	(6.027)
(291)	(2.565)	(1.134)	(4.765)
<b>(6.472)</b>	<b>(19.227)</b>	<b>(4.076)</b>	<b>(11.622)</b>

<b>Receitas financeiras:</b>
Rendimentos de aplicações financeiras
Outras
<b>Total</b>

Controladora			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
3.543	10.038	1.173	3.668
203	808	118	383
<b>3.746</b>	<b>10.846</b>	<b>1.291</b>	<b>4.051</b>

<b>Receitas financeiras:</b>
Juros ativos
Rendimentos de aplicações financeiras
Outras
<b>Total</b>

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
280	1.028	478	506
6.028	12.799	643	3.156
30	388	61	68
<b>6.338</b>	<b>14.215</b>	<b>1.182</b>	<b>3.730</b>

# INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

## Variações cambiais, líquidas:

Passivas  
Ativas

## Variações monetárias, líquidas:

Passivas  
Ativas

## Total

Controladora			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(3.016)	(20.621)	(3.459)	(14.688)
3.564	20.161	6.283	20.792
(8.796)	(9.613)	(140)	(361)
363	1.048	214	435
<b>(7.885)</b>	<b>(9.025)</b>	<b>2.898</b>	<b>6.178</b>

## Variações cambiais, líquidas:

Passivas  
Ativas

## Variações monetárias, líquidas:

Passivas  
Ativas

## Variações hiperinflação, líquidas:

Passivas  
Ativas

## Total

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(3.559)	(16.264)	(790)	(7.249)
3.437	17.659	8.680	20.065
(8.985)	(10.253)	(739)	(2.924)
348	1.050	227	612
(5.852)	(13.963)	(2.803)	(8.848)
1.235	3.703	2.033	5.903
<b>(13.376)</b>	<b>(18.068)</b>	<b>6.608</b>	<b>7.559</b>

## 30. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas  
Resultado na baixa de ativo imobilizado  
Outras <sup>(i)</sup>  
Total

Controladora			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(7.187)	(11.363)	(6.472)	(4.587)
(1)	(14)	20	(1.441)
(166)	583	210	(209)
<b>(7.354)</b>	<b>(10.794)</b>	<b>(6.242)</b>	<b>(6.237)</b>

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas  
Resultado na baixa de ativo imobilizado  
Outras <sup>(i)</sup>  
Total

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(6.497)	(12.267)	(6.883)	(6.940)
1	(214)	23	(1.438)
1.563	4.018	181	(295)
<b>(4.933)</b>	<b>(8.463)</b>	<b>(6.679)</b>	<b>(8.673)</b>

(i) Refere-se a parcelamento de impostos aderido pelo Grupo no exercício (nota explicativa nº 21), e pagamento de condenações

## 31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

IRPJ e CSLL diferidos  
Total

Controladora			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
4	13	10	150
<b>4</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>150</b>

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Despesa de IRPJ corrente  
Despesa de CSLL corrente  
IRPJ e CSLL diferidos  
**Total**

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(1.441)	(2.813)	(74)	(396)
-	(1)	-	-
(1.225)	(689)	387	1.981
<b>(2.666)</b>	<b>(3.503)</b>	<b>313</b>	<b>1.585</b>

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

Prejuízo do período antes do IRPJ e da CSLL  
Alíquota vigente  
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente  
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:  
    Multas e despesas indedutíveis  
    Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas  
    Resultado de equivalência patrimonial  
    Perdas em investimentos e outros resultados  
    Outros itens  
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL

Controladora			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(10.017)	4.576	(18.525)	(43.968)
34%	34%	34%	34%
3.406	(1.556)	6.299	14.949
(208)	(642)	(2.701)	(3.600)
(4.732)	(2.011)	(4.667)	(9.379)
1.554	4.464	1.077	(1.821)
-	-	-	-
(16)	(242)	2	1
4	13	10	150
0%	0%	0%	0%

% alíquota efetiva

Prejuízo do período antes do IRPJ e da CSLL  
Alíquota vigente  
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente  
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:  
    Multas e despesas indedutíveis  
    Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas  
    Controlada tributada por meio de lucro presumido  
    Controlada tributada no exterior  
    Perdas em investimentos e outros resultados  
    Outros itens  
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(6.142)	9.957	(19.036)	(46.417)
34%	34%	34%	34%
2.088	(3.385)	6.472	15.782
(52)	(782)	(2.831)	(3.924)
(4.722)	544	(4.236)	(8.764)
-	-	50	(399)
(1.850)	(1.362)	858	(1.111)
-	-	-	-
1.870	1.482	-	1
<b>(2.666)</b>	<b>(3.503)</b>	<b>313</b>	<b>1.585</b>
-43%	35%	2%	3%

% alíquota efetiva

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/21	Variação do período	30/09/22
<b>Impostos diferidos ativos sobre:</b>			
<b>Não circulante:</b>			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	198	(198)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.449	(2.449)	-
Prejuízos fiscais	25.082	4.702	29.784
Base negativa de CSLL	15.349	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(155)	13	(142)
Outras provisões	2.055	(2.055)	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>44.978</b>	<b>13</b>	<b>44.991</b>

	31/12/21	Variação do período	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/09/22
<b>Impostos diferidos ativos sobre:</b>				
<b>Não circulante:</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.470	197	(433)	1.234
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.637	(33)	(64)	2.540
Prejuízos fiscais	25.081	-	-	25.081
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(155)	13	-	(142)
Outras provisões	7.095	(790)	(1.444)	4.861
<b>Total do ativo</b>	<b>51.477</b>	<b>(613)</b>	<b>(1.941)</b>	<b>48.923</b>
<b>Impostos diferidos passivos sobre:</b>				
<b>Não circulante:</b>				
Outras provisões	(212)	(85)	75	(222)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(8)	8	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>(220)</b>	<b>(77)</b>	<b>75</b>	<b>(222)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>51.257</b>	<b>(690)</b>	<b>(1.866)</b>	<b>48.701</b>

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. Em decorrência da Lei 14.148/2021, mas especificamente em relação a previsão normativa contida no seu artigo 4º em razão da derrubada do veto presidencial pelo Congresso nacional em 18 de março desse ano, ficaram reduzidas a 0% por 60 meses as alíquotas dos tributos incidentes sobre as receitas que são PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, diante disso a Companhia cujo setor é pertencente ao setor de eventos aderiu aos benefícios da Lei com impactos nas Demonstrações contábeis da Companhia nas linhas de IRPJ e CSLL.

A Companhia elaborou estudos de viabilidade, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos contados a partir do prazo de 60 meses, no entanto em razão do PERSE a Companhia mantém a posição adotada durante a pandemia de não aumentar o ativo para imposto diferido constituído sobre o prejuízo fiscal e adições temporárias.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

O prazo estimado de realização é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
2027	3.365	3.801
2028	3.768	4.205
2029	4.163	4.600
2030	5.502	5.939
2031	3.868	4.305
2032	4.641	5.078
a partir de 2033	19.684	20.995
<b>Total</b>	<b>44.991</b>	<b>48.923</b>

## 32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 32.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 19, parcelamento de impostos (nota explicativa nº 21), deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 25) conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.694	122.106	106.694	122.106
Parcelamentos de impostos	24.293	23.862	25.478	25.223
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(158.537)	(188.233)	(222.844)	(217.410)
(-) Aplicação financeira	(5.511)	(5.081)	(5.511)	(5.081)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(33.061)</b>	<b>(47.346)</b>	<b>(96.183)</b>	<b>(75.162)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>141.721</b>	<b>134.933</b>	<b>143.798</b>	<b>135.084</b>
<b>Índice de alavancagem financeira- %</b>	<b>23%</b>	<b>35%</b>	<b>67%</b>	<b>56%</b>



## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 32.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Controladora	
			30/09/22	31/12/21
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	31.646	42.544
Aplicações financeiras <sup>(ii)</sup>	Valor justo por meio do resultado		132.402	150.770
Contas a receber de partes relacionadas <sup>(iii)</sup>	Ativo ao custo amortizado	15	51.617	47.870
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	9	65.308	28.600
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>280.973</b>	<b>269.784</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures <sup>(i)</sup>	Passivo ao custo amortizado	19	(106.694)	(122.106)
Contas a pagar de partes relacionadas <sup>(iii)</sup>	Passivo ao custo amortizado	15	(41.733)	(43.183)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	18	(109.804)	(7.782)
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>(258.231)</b>	<b>(173.071)</b>
<b>Total de exposição</b>			<b>22.742</b>	<b>96.713</b>

  

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Consolidado	
			30/09/22	31/12/21
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	43.105	51.008
Aplicações financeiras <sup>(ii)</sup>	Valor justo por meio do resultado		185.250	171.483
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	15	9.167	8.250
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	9	98.702	48.919
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>336.224</b>	<b>279.660</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures <sup>(i)</sup>	Passivo ao custo amortizado	19	(106.694)	(122.106)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	18	(172.511)	(41.121)
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>(279.205)</b>	<b>(163.227)</b>
<b>Total de exposição</b>			<b>57.019</b>	<b>116.433</b>

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 3,36% ao ano para a emissão de 2018, repactuada em 2020. (nota explicativa nº 19).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços.

### 32.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

#### a) Exposição a risco da taxa de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c.i) abaixo.

#### b) Exposição ao risco cambial

Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, nossas operações.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Especialmente, no nosso segmento, não conseguimos repassar para os preços grandes desvalorizações cambiais no curto prazo o que, consequentemente, afeta as margens da Companhia – uma vez que temos uma parcela importante de nossos custos atrelados em Dólar americano (pagamento de cachês de artistas internacionais, sinalizado no balanço da companhia, na linha de Fornecedores Internacionais). Nas contratações de artistas internacionais, os valores dos cachês são pagos através hedges com a taxa de conversão, ou através de conta nos EUA, em 30 de setembro de 2022 a Companhia não possui instrumentos derivativos contratados. A realização do evento pode ficar comprometida e tornar-se até mesmo inviável em casos de desvalorização cambial mais extremo.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no

Rubrica	Moeda	Controladora		Consolidado	
		30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Bancos	Dólar	30.313	25.492	143.203	49.368
Aplicações financeiras - Depósito a prazo	Dólar	16.536	39.189	16.536	39.189
Mútuo com controlada no Peru	Dólar	7.711	7.633	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Dólar	4.935	4.917	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Dólar	(40.398)	(40.738)	-	-
Fornecedores	Dólar	(50.487)	(2)	(50.786)	(551)
<b>Total de exposição</b>		<b>(31.390)</b>	<b>36.491</b>	<b>108.953</b>	<b>88.006</b>

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para moeda nacional em 30 de setembro de 2022 no valor de R\$ 29.736, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

### c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### i) Risco de mudança nas taxas de juros

Apresentamos, a seguir, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, no qual estão descritos os riscos relativos ao eventual aumento nas taxas de juros às quais nossas dívidas e aplicações financeira estão atreladas, estimado pela nossa administração, para a data base de 30 de setembro de 2022, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil – BACEN, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora					
	Cenário					
		Possível		Remoto		
	30/09/22	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Debêntures	(106.694)	(125.910)	(129.844)	(121.976)	(133.779)	(118.041)
Aplicações financeiras	115.866	132.200	136.311	128.088	140.422	123.977
<b>Exposição líquida</b>	<b>9.172</b>	<b>6.290</b>	<b>6.467</b>	<b>6.112</b>	<b>6.643</b>	<b>5.936</b>

	Consolidado					
	Cenário					
		Possível		Remoto		
	30/09/22	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Debêntures	(106.694)	(125.910)	(129.844)	(121.976)	(133.779)	(118.041)
Aplicações financeiras	126.912	144.857	149.374	140.340	153.891	135.823
<b>Exposição líquida</b>	<b>20.218</b>	<b>18.947</b>	<b>19.530</b>	<b>18.364</b>	<b>20.112</b>	<b>17.782</b>

(i) A taxa utilizada para o CDI neste cenário é de 13,65% a.a., resultado da subtração de 0,10% da taxa SELIC de 13,75% a.a., projetada para 31 de dezembro de 2022 pelo relatório Focus publicado em 30 de setembro de 2022. Para as debêntures, acrescentamos 3,36% ao ano relativo à sobretaxa de juros da debênture sobre o indexador (CDI). Para as aplicações financeiras foram consideradas as taxas médias de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de setembro de 2022.

(ii) Na análise do cenário Possível, consideramos o acréscimo de 25% na taxa SELIC utilizada no cenário Provável, gerando variação positiva em 12 meses de R\$ 583 mil no Consolidado e R\$ 177 mil na Controladora.

(iii) Ainda dentro da análise no cenário Possível, consideramos queda de juros com decréscimo de 25% na taxa SELIC utilizada no cenário Provável. As estimativas gerariam uma variação negativa em 12 meses de R\$ 582 mil no Consolidado e R\$ 177 mil na Controladora.

(iv) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% na taxa SELIC utilizada, as estimativas gerariam uma variação positiva em 12 meses de R\$ 1.166 mil no Consolidado e R\$ 354 mil na Controladora.

(v) Ainda no cenário Remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário Provável com decréscimo da taxa em 50% na taxa SELIC utilizada, as estimativas gerariam variação negativa em 12 meses de R\$ 1.165 mil no Consolidado e R\$ 354 mil na Controladora.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### ii) Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de setembro de 2022 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo das disponibilidades de caixas e aplicações em moeda estrangeira, bem como os compromissos com fornecedores internacionais, conforme quadro a seguir:

	Controladora					
	Cenário					
		Possível			Remoto	
	30/09/22	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Bancos	63.425	61.002	76.252	45.751	91.503	30.501
Fornecedores	(713)	(686)	(857)	(514)	(1.029)	(343)
<b>Exposição líquida</b>	<b>62.712</b>	<b>60.316</b>	<b>75.395</b>	<b>45.237</b>	<b>90.474</b>	<b>30.158</b>

  

	Consolidado					
	Cenário					
		Possível			Remoto	
	30/09/22	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Bancos	159.739	153.635	192.044	115.227	230.453	76.818
Fornecedores	(991)	(953)	(1.191)	(715)	(1.430)	(477)
<b>Exposição líquida</b>	<b>158.748</b>	<b>152.682</b>	<b>190.853</b>	<b>114.512</b>	<b>229.023</b>	<b>76.341</b>

(i) O cálculo do cenário Provável dos próximos 12 (doze) meses é resultado da estimativa da taxa de câmbio para o dólar americano de R\$ 5,20 em 31 de dezembro de 2022, segundo o relatório Focus publicado em 30 de setembro de 2022.

(ii) No cenário Possível, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 6,50, as estimativas geram variação positiva em 12 meses de R\$ 38.171 mil e R\$ 15.079 mil no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(iii) Em outra análise de cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com apreciação de 25% nas paridades cambiais, diminuindo o dólar americano para R\$ 3,90, as estimativas geram variações negativas em 12 meses de R\$ 19.209 mil no Consolidado e R\$ 7.848 mil na Controladora.

(iv) No cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 7,80, as estimativas geram variações positivas em 12 meses de R\$ 76.341 mil e R\$ 30.158 mil no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(v) Ainda dentro da análise do cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com apreciação de 50% nas paridades cambiais, ocasionando queda do dólar americano para R\$ 2,60, as estimativas geram variações negativas em 12 meses de R\$ 76.341 mil e R\$ 30.158 mil no Consolidado e na Controladora, respectivamente.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### iii) Riscos do ambiente macroeconômico

As economias brasileira, argentina e chilena têm sido marcadas por frequentes e, por vezes, significativas intervenções de seus respectivos governos federais, os quais modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações dos governos federais brasileiro, argentino e, de maneira menos significativa, do governo chileno, para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações monetárias, controles de remessas e ingresso de capital, imposição de limitações às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre tais intervenções, tampouco podemos prever quaisquer medidas ou políticas que os governos desses três países possam adotar no futuro.

Nesse sentido, poderemos ser afetados adversamente por mudanças significativas nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem os seguintes fatores: (i) taxas de juros; (ii) política monetária; (iii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; (iv) flutuações cambiais; (v) inflação; (vi) instabilidade social; (vii) instabilidade dos preços; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) impactos da legislação ambiental; (x) barreiras comerciais e restrições ao comércio exterior; (xi) política fiscal; e (xii) outras políticas ou acontecimentos políticos, sociais e econômicos.

Ainda, a incerteza quanto à implementação de eventuais mudanças em referidas políticas ou regulamentações geram instabilidade no ambiente econômico desses países, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários, que poderão ter um efeito prejudicial sobre nossos negócios e resultados, bem como afetar adversamente a negociação e o preço de nossas ações.

### iv) Risco de inflação

De modo geral, como entretenimento não é considerado um serviço essencial, o desempenho do setor é muito sensível às variações da economia. Qualquer desaceleração nos mercados em que operamos resultará em um declínio no poder aquisitivo e na renda disponível tanto do público quanto de nossos patrocinadores, o que poderia causar uma redução da frequência e das receitas dos eventos de entretenimento ao vivo, podendo impactar negativamente o resultado de nossas operações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo, lógica que mudou entre os anos de 2016 e 2020, com reduções da taxa durante esse período. Entretanto, em 2021, com o impacto da pandemia na economia, vimos o aumento da taxa de juros o objetivo de controlar a inflação. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), as taxas de inflação de preços no Brasil foram 4,31% em 2019, 4,52% em 2020, 10,06%, em 2021 e em setembro de 2022, a inflação acumulada em 12 meses é de 7,17%. A taxa SELIC no final do terceiro trimestre de 2022 atingiu o valor de 13,75% a.a., registrando aumento comparado com o encerramento do exercício de 2021 de 9,25% a.a.

A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro e eventuais pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem causar um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos serviços de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### v) Risco Legais

Os governos brasileiro, argentino e chileno podem, a qualquer momento, alterar os seus regimes tributários de modo que aumente o nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de novos tributos temporários ou definitivos. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços por nós praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

### vi) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

### vii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

## 33. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens e está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/09/22	31/12/21
<b>Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&amp;O</b>	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	60.000	40.000
<b>Seguro patrimonial - estabelecimentos</b>	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	37.810	36.183
		<b>97.810</b>	<b>76.183</b>

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 34. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

#### a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

#### b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 179.169. (R\$ 154.964 em 30 de setembro de 2021)

#### c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos judiciais contra a Inspiração é de R\$ 52.449 para 30 de setembro de 2022 (R\$ 47.200 em 31 de dezembro de 2021).

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### d) Contrato de Compra e Venda de Ações

Por força de Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado junto à empresa Veloci Investimentos e Participações S.A. em 31 de agosto de 2020, que teve como objeto a venda, pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social da empresa Vicar Promoções Desportivas S.A. ("Vicar"), a T4F permaneceu responsável pela condução das Reclamações de Terceiros em face da Vicar que tiveram início antes da assinatura do Contrato, e também se responsabilizou por qualquer contingência, passivo, obrigação e/ou responsabilidade da Vicar de qualquer espécie ou natureza, tais como – porém sem se limitar a – aqueles de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental ou civil, que venha a ser reclamado da Vicar e que esteja ou não devidamente registrado nas demonstrações financeiras e nos livros e registros contábeis da Vicar ou mencionado no Contrato ou em seus anexos, cujos fatos geradores sejam anteriores à assinatura do Contrato ou decorrentes de atos praticados pela Vicar ou pela T4F e pela Vendedora YPY Participações S.A. até a data de assinatura do Contrato. Foi constituída pela T4F uma Conta Escrow em garantia ao integral cumprimento das obrigações contratuais das Vendedoras, na qual foi depositado pelos Compradores o valor de R\$ 5.000, o qual será liberado gradualmente às Vendedoras, conforme mecanismo previsto em contrato.

## 35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

### a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.



# INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de setembro de 2022 e de 2021.

Consolidado				
30/09/22				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	144.357	88.421	48.878	281.656
Custos	(158.449)	(49.563)	-	(208.012)
<b>Lucro bruto</b>	<b>(14.092)</b>	<b>38.858</b>	<b>48.878</b>	<b>73.644</b>
Receita (despesas) operacionais alocáveis aos segmentos	(3.952)	(2.497)	-	(6.449)
	<b>(18.044)</b>	<b>36.361</b>	<b>48.878</b>	<b>67.195</b>
Despesas administrativas				(34.158)
Resultado financeiro				(23.080)
<b>Lucro antes dos impostos</b>				<b>9.957</b>

Consolidado				
30/09/21				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	1.718	7.904	221	9.843
Custos	(854)	(11.860)	-	(12.714)
<b>Lucro bruto</b>	<b>864</b>	<b>(3.956)</b>	<b>221</b>	<b>(2.871)</b>
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(7.078)	(11.264)	-	(18.342)
	<b>(6.214)</b>	<b>(15.220)</b>	<b>221</b>	<b>(21.213)</b>
Despesas administrativas				(24.871)
Resultado financeiro				(333)
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>				<b>(46.417)</b>

## b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Consolidado				
	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
<u>Receita líquida</u>				
Argentina	17.484	39.813	3.560	5.618
Brasil	34.836	239.894	1.655	2.780
Chile	1.052	1.949	371	1.445
	<b>53.372</b>	<b>281.656</b>	<b>5.586</b>	<b>9.843</b>
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>				
Argentina	6.850	17.676	(7.002)	1.214
Brasil	14.552	55.100	(1.421)	(3.873)
Chile	477	868	8.334	(212)
	<b>21.879</b>	<b>73.644</b>	<b>(89)</b>	<b>(2.871)</b>

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos

Argentina  
Brasil  
Chile  
Peru  
Estados Unidos da América

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
5.866	11.223	(959)	(9.272)
(7.102)	5.677	(21.662)	(39.888)
(4.396)	(6.746)	4.231	4.083
(564)	(310)	(666)	(1.386)
54	113	20	46
<b>(6.142)</b>	<b>9.957</b>	<b>(19.036)</b>	<b>(46.417)</b>

### 36. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Em 30 de setembro de 2022, não havia ações ordinárias potenciais.

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

Lucro (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia

Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação

Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação

Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais

Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais

Consolidado			
01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
(10.013)	4.589	(18.515)	(43.818)
67.412.629	67.412.629	67.412.629	67.412.629
67.412.629	67.412.629	67.412.629	67.412.629
(0,1485)	0,0681	(0,2747)	(0,6500)
(0,1485)	0,0681	(0,2747)	(0,6500)

\*\*\*